POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

O Brasil e o Mundo Africano

O Sistema Interamericano Depois de São Domingos

ARTIGOS E ENSAIOS DE

Marvin Harris, Antônio de Figueiredo, Vamberto Morais, Arthur José Poerner, Otto Maria Carpeaux, Brady Tyson, Eduardo H. Galeano, Simon Schwartzman, Igor Blishchenko, Andrew G. Frank, Espartaco.

PRESENÇA AFRICANA:

A Voz do Senegal

(3)

ESTUDOS E PESQUISAS:

O Brasil e as Colônias Portuguêsas na África

RESENHA DE REVISTAS

DOCUMENTÁRIO:

1. *Carta da Organização da Unidade Africana*
2. *Discurso do Senador J. Fulbright contra a política dos EUA na Crise Dominicana*
3. *Relatório de A. Kosigin, Presidente do Conselho de Ministros da URSS sôbre novos dispositivos, regulamentação e planejamento da produção industrial soviética.*

3

ROTEIRO

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

Lançamento Trimestral da

EDITÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Rua 7 de Setembro, 97

RIO DE JANEIRO, GB

ANO I — N.º 3 JANEIRO, 1966

Diretor Responsável

LUCIANO MARTINS

Conselho Redatorial

BARBOSA LIMA SOBRINHO — HERMANO ALVES — JÂNIO DE FREITAS — MARIA YEDDA LINHARES — NEWTON CARLOS — OTTO MARIA CARPEAUX — PAULO FRANCIS — RENATO ARCHER

A matéria não assinada é de responsabilidade da Redação.

	No Brasil	*No Exterior*
Número avulso	Cr$ 2 000	US$ 2.00
Assinatura anual	Cr$ 8 000	US$ 8.00

UMA NOVA FRONTEIRA: A CIÊNCIA DA PAZ

SIMON SCHWARTZMAN
(*Sociólogo brasileiro*)

Pelo menos setenta instituições de tipo científico se dedicam, hoje em dia, de maneira exclusiva ou preponderante, aos problemas relacionados com guerra e paz. Êste é o resultado de um estudo realizado para a UNESCO pelo Instituto de Pesquisas para a Paz, de Oslo *(Peace Research Institute of Oslo* — PRIO*)*[1], evidenciando que já se pode falar, com propriedade, de uma *Ciência da Paz,* senão como um resultado adquirido, pelo menos como uma atitude, uma perspectiva e um tipo de orientação em rápido progresso. Destas setenta instituições, trinta e cinco estão nos EEUU e Canadá, vinte e seis na Europa Ocidental, sete na Europa Oriental e URSS[2], uma na América Latina (México) e uma na Ásia. Trinta destas instituições foram criadas depois de 1958, o que mostra bem o caráter recente dêste tipo de atividade acadêmica.

É quase incrível que quase nada disto se saiba no Brasil, que em geral sempre foi expedito em acompanhar de perto as atividades intelectuais e científicas do *mundo desenvolvido.* Mostrar, em suas linhas gerais, o que é esta nova *Ciência da Paz,* discutir o porquê ela não tem encontrado repercussão em nosso meio, as conseqüências dêste fato, tentar abrir algumas perspectivas, êste é o objetivo dêste artigo.

1 *Os dados são originários de respostas e questionários enviados aos endereços fornecidos pelas Comissões Nacionais de UNESCO, em resposta à solicitação do Departamento de Ciências Sociais desta Instituição. O primeiro estudo a respeito, ainda não publicado, é de Mari Holmboe Ruge,* Present Trends in Peace Research, *1965.*

2 *As informações sôbre os países socialistas parecem ser insuficientes; há razões para crer que o número de instituições dedicadas a* Peace Research, *com êste ou outro nome, é muito maior do que foi possível conhecer.*

Enquanto os meios ligados às ciências sociais no Hemisfério Norte assistem a esta efervescência, o problema da Paz, com tudo o que êle implica, parece ter caído de moda no Hemisfério Sul, a tal ponto que mostrar-se pacifista chega a ser até vergonhoso, em muitos meios.

A explicação disto pode estar, em parte, no fato de que a palavra *Paz* — e a inefável pomba branca — parecem haver se *queimado* com a história dos movimentos mundiais pró-paz, e suas vicissitudes políticas. Grandemente desenvolvido nos primeiros anos da década de 50, graças ao apoio dos países e partidos comunistas, que lhe davam extensão e fôrça, e de personalidades não comprometidas partidàriamente — de Sartre a Bertrand Russel — que lhe davam amplitude, êste movimento não foi capaz de subsistir ao impacto da revolução húngara, do conflito árabe-israelita, do conflito indo-chinês e tantas outras crises internacionais nas quais a definição do que significava realmente uma atitude *pacifista* era função, em geral, de uma tomada de posição com um ou outro bloco. Além do mais, uma das principais reivindicações dos movimentos pró-paz — a convocação de uma *reunião de cúpula* — foi realizada mais de uma vez, sem os resultados milagrosos que muitos esperavam. A União Soviética trocou a expressão *paz* por *coexistência pacífica,* e os movimentos pró-paz passaram a uma vida latente, dando apenas alguns sinais de vida nas marchas anti-atômicas de Semana Santa na Inglaterra e Alemanha, nas manifestações individuais dos objetores de consciência ao serviço militar, ou ao trabalho científico de tipo militarista. Aos olhos do mundo, o pacifismo transformou-se quase em uma excentricidade de utópicos e sonhadores, quando não simplesmente loucos.

Um nôvo alento ao movimento pró-paz parece ter surgido quando o primeiro morria, com o surgimento na arena internacional dos países da *Terceira Fôrça*. A conferência de Bandung, abril 1955, marca a entrada dêstes países na arena mundial. A presença da tradição pacifista da Índia, a autonomia iugoslava e indonésia, a adolescente revolução chinesa davam a nota principal. Em 1957, era a inauguração da política chinesa das *Cem flôres,* de tão curta vida, mas que parecia indicar que também êste país estava entre os que fariam tudo para pôr fim à política de blocos, causadora da guerra fria.

Poucos poderiam prever, àquela época, a situação dos dias atuais, em que os países de Bandung — China e Indonésia à fren-

te — seriam os maiores obstáculos à colaboração que passou a ser o interêsse das grandes potências. O conflito indo-chinês — com o afastamento de Krishna Menon, o mais decidido neutralista, do govêrno indiano — o conflito árabe-israelita,, o conflito indonésio-malaio, sem falar na guerra do Vietnam, tudo isto indica que a palavra *Paz* entra cada vez menos no vocabulário dos *países emergentes*. Por comunista ou por anticomunista, por progressista ou reacionário, falar em paz parece significar, de boa vontade, viver em um mundo dos sonhos, de má vontade fazer o jôgo do adversário, seja êle qual fôr.

Porque, efetivamente, a palavra *paz* não é querida em tempos de guerra, a não ser como um instrumento da própria guerra. Combater uma luta muitas vêzes implica defender um *status quo*, e, conseqüentemente, alinhar-se a um dos lados, ou negar razão a ambos e ser rejeitado pelos dois. E no entanto, para quem não aceita o tipo de raciocínio segundo o qual as guerras não fazem mal aos povos, que poderão depois gozar de períodos pacíficos em que as populações crescerão novamente, e que a presença de armas atômicas não altera isso, o problema da paz segue sendo básico. Mais do que uma posição de princípio contra a violência, ser pacifista hoje em dia significa partir da hipótese de que a guerra atômica será, simplesmente, *o fim*. Nenhum artifício de raciocínio pode ocultar o fato de que uma guerra nuclear significaria uma destruição incalculável de vidas e civilização, e ninguém pode afirmar com certeza que a humanidade seria capaz de subsistir biològicamente a ela. Independentemente das vicissitudes políticas que a palavra *paz* possa ter sofrido, esta continua a ser a questão fundamental de nossos dias.

Ser pacifista, hoje em dia, não pode implicar simplesmente a repetição contínua do "amai-vos uns aos outros". Os conflitos existentes são reais, muitos se dispõem a morrer por êles, e uma máxima abstrata não poderá ter o menor efeito em relação a isto. Ser pacifista implica, antes de tudo, conhecer os problemas que estão à base dos conflitos, e tentar encontrar, propor e forçar soluções que reduzem ao mínimo a violência, e afastem ao máximo as possibilidades da catástrofe atômica. Daí que é necessário, ao mesmo tempo, conhecer e agir, uma ciência e uma política da paz.

Política e Ciência da Paz

Talvez porque a paz seja um problema mais sentido e desejado para os países desenvolvidos que para os subdesenvolvidos,

talvez porque as ciências sociais nos países desenvolvidos estejam mais adiantadas que nos outros, talvez porque nos países desenvolvidos não existem outros grandes problemas urgentes a serem resolvidos, e a presença das armas atômicas é mais concreta — muito provàvelmente por tôdas estas razões — o fato é que a ciência da paz vem se desenvolvendo quase que exclusivamente nestes países. Seria um êrro crasso, no entanto, crer que a simples compreensão dêstes motivos basta para conhecer o sentido e caráter desta nova disciplina, da mesma maneira que conhecer os problemas de infância de Marx nos ensina muito pouco de marxismo. Ainda que condicionada pollticamente, a atividade de tipo científico não se reduz à política, e deve ser entendida em si mesma. A melhor maneira de ver em que consiste esta ciência da paz será, exatamente, examinando suas diferenças com a política para a Paz. Esta diferença é uma questão de objetivos imediatos, de grau, de estilo, de base institucional.

Como questão de objetivos imediatos, é próprio da atividade política a seleção de alguns *slogans* ou palavras de ordem relativamente simples, e a mobilização de grandes recursos organizacionais, governamentais, partidários, publicitários, etc., que possam convertê-los em realidade. Colocar o tema da Paz na ordem do dia é uma questão de oportunidade, a ser decidida em têrmos de tática política, independentemente da estratégia mais geral. É assim que, por exemplo, a política soviética pró-paz tem sido muitas vêzes acusada de *insincera,* com o mesmo tipo de argumento com que muitos afirmam que a atitude chinesa contrária à *coexistência pacífica* não é, em última análise, uma posição belicista. A atividade científica, em contrapartida, menos capaz de impor soluções a curto prazo, se concentra em uma pluralidade de temas, direta ou indiretamente ligados à consecução de uma ou outra estratégia específica, e procura examinar estas estratégias em detalhe, preocupada menos em impor uma ou outra solução, e mais em examinar estas estratégias em detalhe, conhecer os mecanismos de conflito e soluções pacíficas, abrir novas perspectivas e pôr em questão preconceitos antigos.

Esta diferença nos objetivos imediatos repercute, imediatamente, na questão do grau em que os diversos temas relativos à guerra e paz são abordados. Na falta de urgência em impor uma idéia específica, os problemas podem ser abordados por uma multiplicidade de aspectos, desde o nível interindividual até o internacional, no passado, no presente ou no futuro. Assim, de acôrdo com o estudo PRIO — UNESCO indicado anteriormente, mais de 30% das

instituições recenseadas realizam ou realizaram estudos sôbre teoria geral dos conflitos, problemas de desenvolvimento econômico, teorias de equilíbrio de poder, diplomacia, conseqüências econômicas do desarmamento, efeitos da opinião pública sôbre a política exterior, estratégia militar, técnica de contrôle de armamentos, papel das elites em decisões sôbre política externa, processos de tomada de decisão em política externa. Além disso, mais de 30% pretendem realizar estudos sôbre os fatôres que contribuem à integração internacional, sôbre o papel dos instrumentos de comunicação de massas na formação da opinião pública em questões de política externa, sôbre as fontes e componentes do nacionalismo, além de estudos históricos sôbre relações pacíficas entre nações.

A diferença em estilo reside em que, sem interêsse ou condições de dar divulgação maciça a seus trabalhos, as atividades cietíficas utilizam todos os recursos que os modernos instrumentos de conhecimento podem fornecer. Dos dezoito artigos publicados em 1964 pelo *Journal of Peace Research,* seis contêm análise estatística sistemática, quatro utilizam instrumental matemático de difícil acesso ao leigo[3]. A falta de um compromisso imediato com qualquer linha política específica — mesmo que possa haver um compromisso a longo prazo — permite que o tom hipotético seja preferido ao dogmático, e a observação, o registro, e a interpretação ao julgamento das atividades políticas e conflitos existentes.

A principal diferença institucional entre a política e a ciência da paz é aquela que já assinalamos: enquanto a primeira procura ser um corpo imenso dirigido por um cérebro restrito a idéias simples, a segunda se assemelha mais a grandes cérebros desprovidos de membros. A primeira conseqüência desta diferença é que as instituições dedicadas aos problemas de paz são formadas, quase exclusivamente, por pessoal de nível universitário. Mais de 70% das instituições recenseadas incluem especialistas em ciência política e relações internacionais em suas equipes, mais de 40% incluem especialistas em história, sociologia, psicologia social e economia. Uma outra característica, ligada a esta, é que estas instituições são em geral ligadas a universidades (41%), ou independentes (43%). E esta independência parece ser, realmente, efetiva, dado que apenas 21% recebem mais da metade de seus recursos dos respectivos governos, o que é ainda mais significativo se consideramos

3 *O* Journal of Peace Research *é publicado trimestralmente pelo* Peace Research Institute, de Oslo. *As referências neste artigo correspondem ao volume I, n.º 1, 2 e 3/4, 1964.*

a independência de que gozam, em geral, os institutos universitários, mesmo quando subvencionados oficialmente.

OS TEMAS

Delimitar as fronteiras de uma disciplina que nasce é sempre problemático, como problemático — e não muito relevante — é discutir se a *Ciência da Paz* constitui, realmente, uma ciência nova, ou simplesmente o prolongamento de antigas. Na realidade, é o têrmo *Peace Research* — Pesquisas sôbre a Paz — que vem caracterizando esta nova disciplina, indicando antes de tudo a área de problemas a que se refere. Vale a pena examinar com mais detalhe esta área.

A primeira distinção que pode ser feita é entre *Paz negativa* e *Paz positiva,* a primeira significando tudo o que se refere à solução de conflitos, a segunda relacionada às condições de estabelecimento de colaboração e cooperação. Esta distinção dá o marco geral dos temas a que a Ciência da Paz se dedica.

Como *paz negativa,* o que interessa antes de tudo é como pôr fim às guerras, e na base dêste problema está o de se saber como e por que as guerras existem. E como as guerras são uma forma específica de conflito, as teorias gerais de conflito e resolução de conflito encontram, aqui, lugar preponderante. Conflitos podem se dar no nível dos indivíduos, dos grupos, das nações, e estudos são realizados a cada um dêstes três níveis, ao mesmo tempo em que — é uma tendência natural das ciências — se busca o estabelecimento de teorias gerais que possam abranger simultâneamente a todos êles. Ao lado dêstes estudos de tipo teórico, que se valem das técnicas de experimentação com pequenos grupos, simulação, construção de modelos segundo as teorias dos jogos, etc., estudos de tipo mais específico são realizados sôbre alguns conflitos de relevância histórica. No volume 1 de *Journal of Peace Research,* podemos encontrar títulos tais como *A Structural Theory of Aggression* (Johan Galtung, pág. 95), *Affect and Action in International Reaction Models* (O. R. Holsti, R. A. Brody e R. C. North, pág. 170), ao lado de outros, tais como *Sino-Indian Relations: A Study of Trade, Communication and Defence*" (P. Somker, pág. 65).

Tão importante quanto saber como e por que os homens lutam, é saber como e por que êles param de lutar. Conflitos sem-

pre existem em tôdas as sociedades, e não constituem, em si mesmo, um fato negativo[4]; nem todos os conflitos levam à guerra, nem tôdas as guerras levam à destruição total do adversário. Os estudos de mecanismos de solução de conflito — cujo exemplo mais evidente é a institucionalização dos sistemas judiciários — ocupam um lugar teórico de máxima importância, cuja aplicação fundamental se refere à criação e estabelecimento de mecanismos e instituições que possam institucionalizar os conflitos internacionais contemporâneos, a Organização das Nações Unidas em primeiro lugar.

Um capítulo especial da solução de conflito é o relativo ao desarmamento. Além de ser um problema político, que exige uma disposição antibelicista, o problema do desarmamento é um problema técnico de não simples solução. Como combinar a redução de armamentos com a manutenção de um equilíbrio de fôrças entre os adversários, de tal maneira que um não se coloque, a um dado momento, à disposição do outro? Uma solução simples seria que os dois ou mais adversários se convencessem da sinceridade dos demais — mas não seria possível realizar o desarmamento mesmo em um clima de desconfiança, por procedimentos técnicos seguros, o que daria base, posteriormente, ao relaxamento da tensão? A proposição de técnicas de combinar o sistema de *inspeção*, preconizado pelos Estados Unidos, com o sistema de *verificação*, preconizado pela União Soviética, através da *inspeção por áreas*, é um bom exemplo da colaboração que pode ser dada. A idéia consiste, simplesmente, em dividir os territórios dos países em uma série de áreas que seriam abertas à inspeção do adversário por sorteio. Desta forma seria garantido o segrêdo militar nas demais áreas não sorteadas, e poder-se-ia confiar em que os países tratariam de distribuir seus armamentos de forma homogênea entre as diversas possíveis zonas de inspeção[5].

Propor soluções dêste tipo é uma questão de imaginação criadora, mas sua elaboração sistemática exige tratamento rigoroso. Dados dois adversários, com três possíveis linhas de ação em um conflito, como é o de se esperar que o conflito se desenvolva?

4 *Um estudo bastante abrangente sôbre os aspectos positivos dos conflitos é o de* Lewis Coser, Las Funciones del Conflicto Social, *tradução castelhana do Fondo de Cultura Económica, México.*

5 *O desenvolvimento desta idéia pode ser encontrado na obra de Amitai Etzioni,* Winning Without War, *Doubleday & Co., Inc., 1964.*

		Adversário A		
		S_{1a}	S_{2a}	S_{3a}
Adversário B	S_{1b}	V_A, V_B	V_A, V_B	V_A, V_B
	S_{2b}	V_A, V_B	V_A, V_B	V_A, V_B
	S_{3b}	V_A, V_B	V_A, V_B	V_A, V_B

Para três estratégias s_i e dois adversários, nove possíveis soluções, que terão um valor específico para cada lado. Que fará *A*? Depende dos valôres que *A* possa obter, e da percepção que *A* possa ter do que fará *B*; e recìprocamente. Definir as diversas estratégias existentes e possíveis, calcular os valôres de cada cela da matriz resultante, tentar predizer ou propor soluções para êstes tipos de jogos é todo um campo imenso de estudos.

Além do mais, após o primeiro *jôgo,* a situação já será diferente, os têrmos do problema serão outros. Quais serão os problemas existentes em um mundo desarmado, ou desarmando-se? Estarão os Estados Unidos — ou a URSS — em condições de reagir satisfatòriamente a uma crise internacional do estágio III de um programa de desarme por êles mesmos sugerido e, hipotèticamente, adotado? O Centro de Estudos Internacionais do Instituto Tecnológico de Massachussetts (MIT) vem realizando uma série de estudos sôbre questões como esta por técnicas de simulação, e uma conclusão típica é que *"in the Stage III game US residual power appeared adequate to deal with a single hemisphere crisis but US relations with "client" states "elsewhere" would certainly have to alter radically. . ."*[6]

Seria infantil supor que um país como os EEUU, ou URSS, aceitariam um plano de desarme sem pensar em tôdas as conseqüências que possa ter, e mostrar soluções viáveis para ambas as partes é um dos principais caminhos de obter acôrdo. E, além das conseqüências estratégicas, existem as conseqüências secundárias: como seria a economia em um mundo desarmado? É verdade que a economia capitalista depende da produção de armas? E a economia socialista? Que pressões um govêrno teria que responder, se aceitasse uma política desarmamentista? Que destino poder-se-ia

[6] *Lincoln P. Blomfield e Barton Whaley,* The Political Military Exercise, *Center of International Studies, MIT, agôsto de 1963 (mimeografado).*

dar à capacidade industrial dedicada à produção armamentista? As questões se sucedem ao infinito.

Em relação à *paz positiva,* os problemas a estudar se referem às possibilidades de cooperação e integração internacional. Dado que é absurdo pensar que uma paz duradoura possa ser estabelecida por técnicas de manutenção de *status quo* em situações de atraso e subdesenvolvimento, os problemas relativos ao desenvolvimento econômico ocupam lugar primordial. Quais as condições que propiciam a integração dos países subdesenvolvidos em unidades político-econômicas mais amplas, se esta integração é condição necessária para o desenvolvimento? Se o desenvolvimento exige luta política interna ou externa aos países, que estratégias permitiriam conseguir os mesmos objetivos com um mínimo de violência e um mínimo de risco à paz mundial? Se a assistência técnica e econômica dos países desenvolvidos é uma condição necessária para o desenvolvimento, como êstes planos de auxílio vêm se desenvolvendo, e em que medidas são ou não eficazes? Que papel desempenham ou podem desempenhar os organismos internacionais como UNESCO, FAO, etc., nestes planos de assistência técnica? São efetivos, ou tão sòmente realizam a política das grandes potências? Como é possível transformá-los? Que papel podem desempenhar em sua orientação e transformação os pequenos países? Etc. etc.

Êste é um quadro rápido e sumário, mas dá uma idéia dos temas a que *Peace Research* vem se dedicando, e das possibilidades que implica. "Muito bem, tudo isto é muito lindo. Mas que sentido tem êste trabalho hermético de intelectuais sem poder de decisão, realizando estudos inacessíveis ao homem do povo?" Ainda que distinta da política, a Ciência da Paz tem sua política, e é a ela que dedicamos a última parte dêste artigo.

A POLÍTICA DA CIÊNCIA DA PAZ

Apenas 16% das instituições consultadas no estudo a que nos referimos mais acima crêm que os que se dedicam à Ciência da Paz devem abster-se da política. Isto reflete o fato de que, ainda que a atividade científica, enquanto tal, é independente da participação política, não há incompatibilidade entre os dois tipos de atividades. Fora do laboratório, ou do escritório, o *cientista da paz* será, muito freqüentemente, um militante partidário, um escritor panfletista, um homem de govêrno, que procurará utilizar na prática os conhecimentos que seus estudos lhe proporcionam, ou pô-los ao conhecimento do grande público ou de responsáveis pelas tomadas de

decisão política. Como fazê-lo é uma questão de opção pessoal, de personalidade, de oportunidade. O professor Irving L. Horowitz afirmava, em uma conferência em Buenos Aires algum tempo atrás, que "a grande tarefa do cientista social em nossos dias é convencer os generais a não apertarem o botão". Amitai Etzioni, em *Winning without War*, procura mostrar como o govêrno norte-americano poderia, sem abandonar seus objetivos e valores principais, adotar uma estratégia internacional mais efetiva, mais positiva e conduzindo à paz. Os exemplos são múltiplos.

Além da política realizada em têrmos individuais, as instituições voltadas à *Peace Research* muitas vêzes se atribuem e desempenham, efetivamente, o papel de conselheiros em problemas políticos. É interessante notar que, enquanto 36% das instituições norte-americanas criadas depois de 1958 consideram que seus membros não devem participar de política (em contraste com apenas 16% no total das instituições), 43% das mesmas se atribuem o papel de assessoria política (36% para o total recenseado).

Conselhos a quem? A órgãos governamentais, concluímos, ainda que os dados não o digam. Não *politics*, mas *policy*. É uma tendência tecnocrática, que indica que a ciência da paz vem se constituindo, em parte, em mais um instrumento à disposição da política dos grandes podêres, que disporão de mais êste recurso para incrementar a hegemonia mundial que exercem. Esta característica se revela, também, em uma série de temas que vêm preocupando mais e mais a muitos especialistas do campo. Problemas de assistência técnica, causas e formas de insurreição armada nos países subdesenvolvidos — e como evitá-las ou controlá-las — estudos de área (o número de latino-americanólogos, afrólogos, orientólogos, etc., cresce progressivamente na Europa e EEUU), etc. Direta ou indiretamente, de forma explícita ou não, êstes estudos contêm geralmente uma perspectiva de tipo *managerial*, de "como nós devemos lidar com êles". Não é de se extranhar que os *êles* tendam a reagir à manipulação...

Manipulação por manipulação, a pacífica é sempre melhor que a linguagem dos canhões ou dos *marines*. E é sempre alentador verificar o desenvolvimento desta tecnologia da paz em um mundo aonde a tecnologia da guerra, quente ou fria, física ou psicológica, assume proporções assustadoras. E êste é o grande sentido político da nova ciência da Paz, um objetivo a curto e longo prazo: verificar como, e depois mostrar como a guerra deve ser abandonada não sòmente por imoral, por inumana, mas principalmente — o argumento que convence — por inefetiva.

Por mais que a nova ciência da paz seja uma perspectiva e uma realidade promissora nos países do norte, a assimetria de desenvolvimento, ao lado de algumas características ideológicas que indicamos, constitui um tipo de ameaça para países como o Brasil. É uma doce ameaça que, levada ao extremo, nos deixaria felizes e alimentados, sob o contrôle e manipulação de terceiros. Porque é próprio do homem buscar controlar seu próprio destino, e porque é absurdo ficar à margem dêste tipo de estudos quando nós mesmos vivemos imersos em um mar de conflitos reais e potenciais, é necessário verificar as causas mais profundas desta assimetria, e como seria possível invertê-la ou diminuí-la.

Dois tipos de fatôres podem contribuir para deter esta tendência, um inerente ao próprio desenvolvimento de *Peace Research*, outro em função das atitudes que possamos tomar em relação a ela.

O primeiro fator decorre, em grande parte, das características institucionais a que nos referimos mais acima. Constituindo-se em instituições independentes ou universitárias, lidando com temas necessàriamente internacionais, composto em sua maioria por cientistas sociais que são, como é sabido, sempre um tanto *alienados* em relação ao meio — no sentido em que dificilmente se integram de forma perfeita a grupos e/ou ideologias políticas — as possibilidades são altas no sentido de que *Peace Research* se desenvolva como uma disciplina não engajada em nenhuma política governamental específica. "(...) *the way to ensure a symetric point of view (...) will probably lie in the gradual socialization of peace researches to a truly international view point where they anchor their concepts and theories in the 'health' of the international system rather than in what is good or bad for one particular nation*", propõe J. Galtung como uma perspectiva para o futuro.[7] Esta perspectiva aponta para a idéia da profissionalização do cientista e técnico de Paz como possuidor de um *métier* essencialmente internacional em sua composição, sua ética e sua base institucional.

Por mais utópica que possa parecer esta idéia, ela decorre, simplesmente, de uma projeção audaciosa de algumas tendências que já hoje se manifestam. As possibilidades do estabelecimento de lealdades transnacionais, ou internacionais, são conhecidas desde os tempos de Marx, e acrescidas pelas imensas possibilidades de

[7] *Johan Galtung,* After the First Years – What? — Some notes on the Long-term Development of Peace Research", *PRIO, Oslo, 1965 (mimeografado)*.

comunicação nos dias de hoje. Mais e mais pessoas vivem, hoje em dia, menos em um país que em um estrato internacional que ignora fronteiras e, em têrmos de distância social, um economista brasileiro estará muito mais próximo de um colega chileno ou norte-americano que de seu leiteiro.

Além disso, o crescimento de organizações internacionais, a começar pelas Nações Unidas, e terminando pelas quase duas mil organizações internacionais não governamentais hoje existentes,[8] indicam a formação de uma verdadeira mentalidade e formas de convivência internacional que podem ser exploradas e incrementadas.

Esta profissionalização internacional deverá implicar, também, o estabelecimento de uma ética correspondente. Garantia do princípio de publicação de estudos realizados, recusa em participar em projetos que impliquem manipulação de terceiros, por assimetria, são elementos que podem ser partes constituintes desta ética. E, por mais que êste ideal esteja colocado no futuro, sua existência como perspectiva já permite caracterizar a posição de grande parte dos que se dedicam à ciência da Paz.



Por parte dos países subdesenvolvidos, a correção desta tendência de assimetria reside em que suas elites intelectuais não caiam no êrro de jogar fora a água do banho e a criança, voltando as costas à ciência que se desenvolve pelos compromissos ideológicos que possa ter, ou julgá-la "demasiado desenvolvida para nós".

Êste é um problema bastante mais geral. Constitui um êrro perigoso, e uma atitude reacionária, supor que países como o Brasil, por serem subdesenvolvidos econômicamente, devem também o ser cientìficamente. Exatamente porque a ciência, em sua forma mais alta, é uma atividade de grupos reduzidos, é possível a países subdesenvolvidos — e principalmente países como o Brasil — elevá-la ao máximo, de tal maneira que o país seja capaz de encontrar soluções novas e originais para seus próprios problemas, sem necessitar de importar contìnuamente técnicas muitas vêzes inadaptadas ou que se tornam, a curto prazo, obsoletas. E isto não se faz por um *nacionalismo científico* (lembremos os tempos da *sociologia brasileira*), mas exatamente por um cosmopolitismo que consiste

[8] *Cf. o* Yearbook of International Organizations, *editado pela Union of International Associations (Bruxelas), 1962-3.*

em manter contato com os centros científicos mais desenvolvidos, estejam onde estiverem.

Se isto é verdade para as ciências naturais, o é ainda mais para as ciências sociais, onde o relativamente baixo desenvolvimento tecnológico permite muito mais fàcilmente esta elevação de nível, a baixo custo. Meia dúzia de cientistas com acesso a um computador e uma equipe de pesquisadores de campo podem constituir, fàcilmente, um centro de vanguarda mundial em sociologia, ciência política ou *Peace Research,* e isto é pràticamente nada, em têrmos de custo, comparado aos orçamentos principescos de nossas universidades.

Algumas explicações podem ser dadas de porque isto não é feito, e nos referiremos tão sòmente às ciências sociais.

Em primeiro lugar, trata-se de um problema, simplesmente, de ignorância. Ciência se desenvolve não sòmente pelo estudo, mas principalmente pelo conhecimento de como o estudo se faz, de tôda a tradição de trabalho sistemático que os centros científicos mais importantes apresentam. O exemplo da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, que não receberá êste ano um só professor de outros centros, que é incapaz de reter em seus quadros, na maioria dos casos, os elementos que adquirem formação especializada no exterior ou outras partes do país — simplesmente para citar um caso que conhecemos de perto — mostra claramente como uma instituição que se pretenda científica *não pode* funcionar. A conseqüência é a rotina, o acomodamento a baixos níveis de exigência e cômodos níveis salariais.

Em segundo lugar, trata-se da identificação errônea entre ciências sociais e ideologias políticas, que não é um apanágio exclusivo dos que confundem *sociologia* com *socialismo*. Esta identificação decorre, em grande parte, da tensão política e social em que vivemos, e que faz com que a dedicação à investigação sistemática, ao estudo a longo prazo, etc., provoque inquietudes e problemas de consciência a muitos intelectuais, atraídos a problemas imediatos de participação política. O exemplo do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que desenvolve um trabalho de alto nível científico que não é afetado, mas motivado, pelas preocupações mais gerais de seus membros, é uma exceção que confirma a regra.

Um outro aspecto desta identificação errônea consiste em crer que o papel dos institutos e departamentos de Ciências Sociais é, fundamentalmente, de esclarecimento e divulgação. Em forma caricatural, isto implicaria em repetir, para o máximo número de pes-

soas, as clássicas cifras sôbre a concentração de terras no Brasil, "e que, por isso, é necessário fazer Reforma Agrária", sem sentir-se na necessidade de conhecer mais sôbre a estrutura rural brasileira, contentando-se com a indignação sentida e comunicada. A conseqüência é uma pressão sôbre a ampliação de lugares e descenso de nível das Faculdades, uma crítica sistemática e global a seu caráter *aristocratizante,* e, em última análise, um tipo de terrorismo ideológico quase tão funesto quanto o terrorismo pròpriamente dito que passaram a viver nossas universidades depois de abril de 1964.

A vulnerabilidade a êstes terrorismos conduz à terceira explicação sôbre nosso subdesenvolvimento em ciências sociais. Trata-se do fato tão conhecido da tradição científica e universitária em nosso meio, do desinterêsse da maioria das instituições pelo trabalho científico, da burocratização paralisadora — veja-se o exemplo já citado da Faculdade de Ciências Econômicas da U.M.G.

Um ôlho sociològicamente treinado verá que esta falta de tradição se traduz no fato de que o *status* do cientista, particularmente do cientista social, é difuso, ou seja, que êle não tem um *lugar* bem delimitado socialmente. Um sociólogo ou um cientista político é um ser misterioso, genial para uns, perigoso para outros, mas sempre tão indefinido que êle mesmo muitas vêzes não sabe se explicar. Comparemos com o médico, de posição social reconhecida e indiscutível. Comparemos com o advogado, que mesmo estando presente a todos os problemas de prisões políticas e violências militares, nos últimos tempos, raramente foi molestado em suas atividades, raramente seu exercício profissional foi identificado com *subversão;* porque *todos sabem* que o papel do advogado é defender os acusados. Esta indefinição do cientista social lhe provoca angústia, e o leva a optar. A opção poderá ser por definir-se claramente como político, ou como *intelectual,* ou escritor — que tem seu *status* mais claro e prestigiado entre nós — ou ligar-se às poucas instituições que lhe possam permitir um *status* mais preciso. Estas poucas instituições serão, em geral, de tipo internacional ou em contato estreito com grupos estrangeiros, e a conseqüência será que nosso cientista social pensará em si mesmo muito mais como membro de uma comunidade internacional, ou de um país estrangeiro aonde reside seu grupo de referência (USA? França?) que do próprio; e seu trabalho contribuirá para aumentar ainda mais a assimetria intelectual entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, e êle se sentirá um estrangeiro em seu próprio país. Ainda que os temas que estude sejam relacionados a seu país, seu estilo, sua linguagem, seu público estarão localizados em outro marco.

Diagnosticar um problema é sempre mais simples que solucioná-lo — esta é uma das fraquezas das ciências sociais. Entretanto, diagnóstico implica conhecimento, e quando conhecemos as partes que contribuem para um todo, sempre poderemos alterar o todo pela manipulação das partes. Desde que tenhamos claro, evidentemente, aonde queremos chegar.

Podemos resumir em algumas proposições simples o resultado da discussão que acabamos de realizar:

a) é necessário corrigir a assimetria entre o desenvolvimento da Ciência da Paz — e das ciências sociais em geral — entre os países deesnvolvidos e os países subdesenvolvidos;

b) esta correção não se pode fazer senão pela constituição, em países como o Brasil, de uma ciência social no mais alto nível possível, de acôrdo com os padrões internacionais;

c) ainda que esta assimetria seja explicada por todo o contexto que caracteriza o subdesenvolvimento, sua correção não depende da superação do subdesenvolvimento, mas pode contribuir de maneira decisiva para ela. Isto é possível porque o trabalho científico é, por sua natureza, um trabalho de grupos reduzidos, e de custo baixo, principalmente no setor de ciências sociais;

d) esta assimetria pode ser explicada, especìficamente, por três fatôres:

1) a falta de contato e conhecimento com outros centros;
2) a indefinição do papel do cientista social, que se revela na confusão entre ideologia e ciência, trabalho de investigação e formação científica e militância política;
3) a falta de um lugar socialmente definido para o cientista social.

O problema será resolvido pela solução dêstes três fatôres. É claro que isto não é tão simples assim, dado que o incremento de contatos implica sempre o risco da alienação que indicamos acima, se os outros dois fatôres não se resolvem concomitantemente, e a resolução dêstes dois é um campo aberto à discussão. Vejamos, para terminar, alguns aspectos dela.

É uma questão elementar em sociologia que o lugar socialmente definido — *status* — é função do papel desempenhado, e que êste, por sua vez, depende das expectativas orientadas para o ator, no nosso caso o cientista social. O problema não é tão simples quando as expectativas não estão claramente definidas e se contradizem, quando nosso problema é menos de conhecer um *status* do que criá-lo. Comecemos pelas expectativas.

Uma característica da atividade científica é que ela é um investimento a longo prazo. O reconhecimento da insuficiência da análise econômica dos problemas do desenvolvimento — veja-se a grande incógnita que os economistas denominam *fatôres institucionais* — abre caminho necessàriamente ao cientista social de outros ramos, mesmo que êle não tenha, a curto prazo, possibilidades de responder adequadamente a uma série de questões. Êste tipo de expectativa cria para o cientista social um papel técnico, mas também um papel científico, de investigações que, mesmo sem ter um impacto prático imediato, podem tê-lo a mais longo prazo.

Além dêste tipo de demanda, o cientista social está sujeito a um tipo de solicitação mais geral, por parte do grande público. Êle lida com problemas vividos dia a dia pelo homem do povo que não se interessa tanto por soluções técnicas quanto por respostas que o ajudem a encontrar o sentido da sociedade e do mundo em que vive.

Êstes tipos de demanda definem três papéis que o cientista social deve desempenhar; o papel de técnico, oferecendo soluções específicas a governos, a emprêsas, a partidos políticos; o papel de cientista, realizando investigações e trabalhos teóricos de acôrdo a padrões internacionais, e que possam dar base ao *output* nos outros dois papéis; e o papel de *escritor,* ou de intelectual, que impede que o cientista social se feche no recinto do gabinete ou da universidade, e esteja sempre em contato, por livros, jornais, rvistas, conferências, com o grande público. É claro que nem todos os cientistas sociais deverão desempenhar êstes três papéis ao mesmo tempo, é uma questão de personalidade, de formação, de oportunidade. Mas a existência dos três é indispensável para a configuração mais precisa de seu *status*.

Êste *status* deverá ser algo que possa somar estas três características. O cientista social deverá reivindicar seu direito à atividade científica ao nível mais alto, nas universidades, nos institutos de pesquisa de todos os tipos. Não deverá fazer concessões de nível quando se trate de publicações especializadas, de cursos de formação, de seminários. O contato com o público não poderá ser

esquecido, mas deverá ser claramente distinguido do primeiro tipo de atividade. E, finalmente, o cientista social deverá procurar definir-se como uma profissão de utilidade técnica imediata, buscando oferecer soluções realizáveis a curto prazo por agentes específicos. Uma conseqüência desta atitude é que o cientista social não poderá ater-se exclusivamente aos *grandes problemas,* mas ser capaz de lidar com questões práticas de importância quotidiana. A regulamentação profissional legal é um elemento importante na definição dêste *status,* e esta regulamentação deverá incluir, necessàriamente, os três tipos de papéis a que nos referimos.



Concluamos. O surgimento e desenvolvimento da Ciência da Paz, nos países desenvolvidos, atrai nossa atenção para o problema mais geral do subdesenvolvimento de nossa ciência social, e é na solução dêste problema que reside a possibilidade de corrigir a assimetria que ameaça agravar ainda mais nossa condição de dependência. A tesse fundamental que desenvolvemos é que êste é um problema de solução possível, que está nas mãos dos cientistas sociais brasileiros. Indicamos alguns caminhos possíveis de solução, que não pretendem encerrar a discussão a respeito, mas abri-la. A discussão é desejável e necessária. Mas, mais que discutir, é necessário que assumamos, imediatamente, nossos papéis e tratemos de desempenhá-los.